

O ACESSO A ÁGUA NO SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Alana Marques de Oliveira¹

Gilda Oliveira de Jesus²

¹ Licencianda em Geografia; Universidade do Estado da Bahia; e-mail:

alana.marques047@gmail.com

² Licencianda em Geografia; Universidade do Estado da Bahia;

gildaoliveira726@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como intenção trazer uma análise de como vem ocorrendo o acesso à água no semiárido, sobretudo tendo como foco a transposição do Rio São Francisco. Teve como principal objetivo a busca por respostas que justifiquem essa escassez de água no semiárido nordestino, e como a água vira palco de mercadoria tanto para o agronegócio, quanto para o Estado, fazendo uma análise da transposição do Rio São Francisco e impactos e conflitos que envolveram essa questão. Para enriquecimento do estudo, se fez uso da metodologia qualitativa de caráter bibliográfico, pois, ela se mostrou de melhor contribuição para a pesquisa, ao fornecer uma base rica e ampla de referências, para se fazer uma investigação aprofundada. Chegou-se à conclusão de que a crise que o semiárido sofre em escassez de água é resultado de disputas capitalistas, de interesses privados e particulares.

Palavras-chaves: Escassez; Nordeste; Desigualdades; Capitalismo.

ACCESS TO WATER IN THE SEMIARID: AN ANALYSIS OF THE TRANSPOSITION OF THE SÃO FRANCISCO RIVER

Abstract

The present work intends to bring an analysis of how access to water has been occurring in the semi-arid region, especially focusing on the transposition of the São Francisco River. Its main objective was the search for answers that justify this scarcity of water in the northeastern semi-arid region, and how water becomes a commodity stage for both agribusiness and the State, analyzing the transposition of the São Francisco River and the impacts and conflicts that involved this issue. To enrich the study, a qualitative methodology of a bibliographic nature was used, as it proved to be the best contribution to the research, by providing a rich and broad base of references, to make an in-depth investigation. It was concluded that the crisis that the semi-arid region suffers in terms of water scarcity is the result of capitalist dispute and private and interests.

Key words: Scarcity; Northeast; Inequalities; Capitalism.

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo traz uma análise reflexiva da escassez da água no semiárido nordestino como uma realidade que ainda caracteriza os dias atuais e que mobiliza ações políticas que tencionam minimizar os efeitos causados pela seca.

Todavia, tudo isso será abordado a partir de uma busca sintética dos conflitos

socioambientais que giram em torno dessas discussões e através de análises das justificativas governamentais acerca da deficiência hídrica na região semiárida (Figura 1), onde a mesma se dá por um discurso que culpabiliza unicamente as características climáticas e ofusca a possibilidade de as políticas públicas atuarem com precisão no combate à seca nesta região.



Figura 1: Área de abrangência do semiárido. Fonte: Sudene/IBGE.

Desse modo, busca-se compreender como a água, que sempre foi sinônimo de vida, como afirma Santos (2014), passa a ser vista como uma mercadoria pelo Estado e pelo agronegócio, e a partir daí identificar as insurgências de disputas envolvendo a população local, os interesses estatais, as empresas multinacionais e o agronegócio.

Nesse sentido, a transposição do rio São Francisco, torna um objeto que potencializa as observações e análises acerca dos processos que envolvem a distribuição e o acesso à água no semiárido nordestino, assim como os impactos e conflitos que estão engendrados nessa questão.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, é o nome oficial do projeto de transposição do rio São Francisco.

Esse projeto abrange cidades dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e busca assegurar o acesso à água a 12 milhões de habitantes. No entanto, apesar do seu discurso benéfico e propício, já que de acordo com dados do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, cerca de 1 milhão de famílias ainda convivem na região semiárida do Nordeste sem acesso à água, o projeto da transposição é alvo de inúmeras críticas que coloca em questão os verdadeiros objetivos no qual a obra busca alcançar.

Lima (2013), aponta diversos impactos, socioambientais e econômicos que advém da transposição do rio São Francisco, dentre eles cabe citar: processos erosivos, impactos na fauna e flora da região, agravamento de desertificação do solo, diminuição da produção energética, risco de destruição de Sítios Arqueológicos que estão localizados nas margens dos afluentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco, e a ameaça à atividade pesqueira devido aos impactos na biodiversidade.

Além dos inúmeros fatores ambientais e sociais agravados pelo projeto de transposição, a obra também é caracterizada por atender justamente os complexos industriais; o agronegócio, a partir da ampliação da área irrigada, e até mesmo a especulação imobiliária nessas devidas áreas. e por consequência a concentração de terra.

Ribeiro e Sousa (2014), sinalizam que,

[...] o projeto da transposição materializa, em território nacional, a mesma perspectiva de fortalecimento e ampliação do poder das transnacionais, do agronegócio, das grandes empreiteiras e das elites favorecidas pela infra-estrutura disponibilizada para megaprojetos em âmbito continental. Ele se constitui como instrumento de reafirmação política das novas oligarquias das regiões envolvidas, que usam dinheiro e poder para valorizar seu patrimônio e reafirmar sua prevalência política através do mercado que a água favorece. (PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO, 2009. P.77 apud SOUZA; RIBEIRO, 2014, P. 6)

Portanto, compreende-se que, se a criação de algo que viria para amenizar a grande realidade da estiagem no semiárido, se torna palco de corrupção em favor do capital, intensifica-se aí o incremento das desigualdades sociais. Ficando evidente que as atuais políticas públicas não almejam prioritariamente a distribuição de água para o semiárido, mas sim o favorecimento de grupos sociais dominantes que já se apropriam do território e faz dele lugar de desenvolvimento do capital financeiro.

2 - MATERIAIS, MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

A melhor abordagem que se adequa ao estudo é a **metodologia qualitativa de caráter bibliográfico**, onde ela fornece subsídios para a compreensão das relações que permeiam a distribuição, o uso e a escassez da água no semiárido nordestino. Sendo assim, **a pesquisa em questão**, surgiu através das inquietações dos envolvidos na mesma, em compreender os seguintes pontos: os reais motivos da grande escassez de água na região semiárida, assim como a perpetuação dessa problemática ao longo do tempo e as implicações das medidas que buscam tencionar essa problemática, destacando de modo mais intenso o processo de transposição do rio São Francisco. Partindo então de uma revisão bibliográfica que busca analisar os estudos que existem até então, acerca dessa realidade, pretende-se dar continuidade a essas análises, uma vez que, o projeto de transposição do rio São Francisco não está finalizado, podendo ainda gerar inúmeros processos e fenômenos que irão se espacializar no semiárido nordestino, e assim gerar subsídios para novas análises e abordagens.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 4 de outubro de 1501, o rio São Francisco já habitado por indígenas, foi descoberto pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves. Os indígenas, que já habitavam a bacia do rio São Francisco, chamavam o rio de Opará, que significa Riomar. Mas, com a chegada de Vespúcio, o nome logo foi alterado para o rio São Francisco em homenagem ao dia de São Francisco de Assis. Com a expansão do plantio da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste, os gados começaram a ocupar as margens do rio São Francisco e ele passou também a ser chamado de rio dos Currais.

Percebe-se que muito antes do período colonial, o rio São Francisco já adquiria um significado preponderante para a hidrografia da região, sendo que ao longo do tempo foram incorporadas novas representações associadas ao rio e esses significados foram sendo redefinidos. Com isso, além do rio São Francisco se destacar pela extrema importância social, por ser uma importante fonte de abastecimento de água para a região, ele também começa a ter relevância para a economia regional e nacional, pois ao longo dele, foram instaladas usinas hidrelétricas, que garante fornecimento de energia elétrica para diversas regiões. As usinas são: Sobradinho, Apolônio Sales, Paulo Afonso (I, II, III e IV), Luiz Gonzaga e Xingó. Destaca-se também a sua importância para a agricultura. O vale do São Francisco, é uma área fértil e que tem recebido diversos investimentos federal e estadual em irrigação e tornou-se um importante produtor de frutas e hortaliças.

O Rio São Francisco banha cinco estados brasileiros (Figura 2): Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, sendo que sua bacia alcança também o estado de Goiás e o Distrito Federal.



Figura 2: Área de alcance do Rio São Francisco. Fonte: Mendes, (2021).

Como pode ser analisado na imagem, a bacia hidrográfica do Rio São Francisco possui 56% da sua área no semiárido brasileiro. Esta área possui temperaturas anuais que variam de 25°C a 30°C, e índice pluviométrico irregular, podendo ser igual ou menor a 800mm (IBGE, 2018). Com isso, grande parte da população que reside nesta região, enfrenta sérios problemas com a escassez de água. No entanto, quando se observa a grande extensão do rio São Francisco e a grande rede de açudagem que existe no semiárido, percebe-se que o extenso motivo da escassez de água nesta região não provém integralmente da pouca quantidade de chuvas, mas sim de recursos que possibilite a distribuição das águas que já existem na região. Esta questão perpassa, pelos grandes desafios históricos que envolvem a política na região semiárida, onde o coronelismo, o nepotismo e clientelismo fizeram dessa região espaço de exploração, opressão e pobreza. Nesse sentido, as chuvas irregulares, foram largamente usadas como discurso para a manutenção da pobreza na região, causando a omissão das práticas estatais que pudessem viabilizar o fornecimento de água para o semiárido.

Portanto, em desacordo com os postulados estatais acerca da falta de água no semiárido, Ribeiro (2014) apresenta informações que dizem respeito à enorme força hídrica que

existe na região. De acordo com Ribeiro (2014), há cerca de 37 bilhões de m³ de água estocadas em todos os açudes do semiárido, sendo que, nestes números não estão contabilizados o grande volume de água que existe no rio São Francisco, ou seja, o semiárido nordestino é uma grande potência hídrica.

É possível notar ao longo da história que o poder público mobilizou vários projetos que buscavam amenizar as problemáticas sociais, advindas da falta desse recurso, como a fome, a sede, a baixa produtividade de alimentos e a proliferação de doenças, como as verminoses. Dentre eles, o que mais se destaca atualmente é o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, onde a mesma já se encontra em um avançado estágio de desenvolvimento e mobiliza uma enorme quantidade de recursos econômicos e sociais, assim como provoca o surgimento de diversas posições críticas e analíticas quanto aos impactos sociais e ambientais que esta obra pode gerar.

O primeiro projeto de transposição das águas do rio São Francisco, foi elaborado em 1847. Daí em diante vários governos debateram sobre essa questão, sugeriram meios e formas para início e conclusão da obra de transposição. Essa ideia ressurgiu no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o projeto atualmente em execução é um empreendimento do governo federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI), destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (IPEA, 2010). Além disso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), relata que a transposição beneficia a irrigação para agroindústria e lavoura, fornecimento de água para pessoas e animais, perenização de córregos e rios do Nordeste Setentrional, avanços na saúde, além de evitar o êxodo de pessoas para os grandes centros urbanos devido a geração direta e indireta de empregos.

De acordo com o IPEA (2010), a transposição do Rio São Francisco consiste na construção de dois canais, a saber: i) o Eixo Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, percorrendo cerca de 400 quilômetros; e ii) o Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões do Agreste de Pernambuco e da Paraíba, trilhando cerca de 220 quilômetros. Na Figura 3, será apresentado de maneira esquemática o projeto de transposição, destacando as áreas e delimitações do Eixo Norte e o Eixo Leste.

Diante das exposições acima, cabe analisar os discursos que se mostram contrários a esta obra, e assim buscar uma reflexão acerca dos principais objetivos que determinam a sua procedência.

Com esse caráter, Ribeiro (2014), apresenta a transposição do Rio São Francisco como um verdadeiro equívoco, tanto do ponto de vista econômico, já que a obra tem um valor aproximado de R\$12 bilhões, quanto do ponto de vista social, uma vez que o projeto tem um formato linear, o qual vai perenizar apenas uma pequena faixa do semiárido, cerca de 0,5% da área total do polígono das secas. Neste caso, a água só chegaria integralmente nas comunidades nordestinas se o sistema de distribuição fosse de formato espacial. Neste sentido, este autor traz três exemplos de sistema espacial que poderia ser fomentado pelo governo e implantado nesta região, são eles: Adutoras, Implúvios e Poços Tubulares.



Figura 3: Representação da área de transposição do rio São Francisco. Fonte: Ambiente Brasil, 2021

Ribeiro (2014, p. 184) classifica as adutoras como “Asas hídricas dos açudes. Elas fazem a água andar, viajar em todas as direções, por gravidade e por bombeamento, abastecendo as comunidades dentro e fora do seu raio de influência. Uma pequena adutora com vazão de 10 L/s atende sobejamente a uma comunidade de 10.000 habitantes.

Já os Implúvios, são cisternas que captam a água da chuva por meio dos telhados, no momento da precipitação. Levando em consideração que no semiárido chove em média 600 mm/ano, “uma casinha de 10,00x10,00= 100m² recebe na sua cobertura, 60m³ de água por ano, podendo gastar mais de 100 litros/dia o ano inteiro” (RIBEIRO, 2014, p. 185).

No que se refere aos poços tubulares, Ribeiro (2014) ressalta que há uma grande quantidade de poços perfurados no semiárido, inclusive alguns são jorrantes, como o poço Violeta, no Piauí, no qual faz parte da bacia do Gurguéia. O seu potencial hídrico é tão grande que ele sozinho, é capaz de abastecer uma cidade de 260.000 habitantes. Este autor ainda complementa que é possível extrair até 27 bilhões de m³/ ano do subsolo do semiárido, tudo isso sem que ocorra queda da pressão hidrostática, no entanto, atualmente só é extraída cerca de 4% dessa quantidade.

Desse modo, apesar das suas características climáticas, infere-se que o semiárido nordestino é dotado de uma grande quantidade de água, que ancorada com técnicas precisas de captação, pode propiciar comodidade a todas as que residem nesta região, sem precisar das águas do rio São Francisco, o que deixa escancarado o descaso e o abandono do Estado em relação a falta de ações que de fato poderia efetivar uma melhoria social nesta região, o que revela os interesses políticos e capitalistas que existem para manutenção da condição de pobreza e subalternização do semiárido.

Ademais, o semiárido nordestino é uma área profundamente atingida por numerosas obras de captação e distribuição de água inconclusas. Ribeiro (2014) traz uma listagem destas obras de acordo com alguns Estados que serão beneficiados com a transposição. Aqui será enfatizada algumas delas:

Estado do Rio Grande do Norte: Barragem da Oiticica em Caicó região do Seridó orçada em R\$ 84,4 milhões, para irrigar 15.000 hectares. Iniciada em 1990, está paralisada há 17 anos. previa

beneficiar 164 mil habitantes.

Estado do Piauí: Poço Violeta -o maior em vazão da América do Sul 950 m³/podendo irrigar 400 hectares ou abastecer uma cidade com 260.000 habitantes. Foi perfurado pelo DNOCS em 1972. Após 34 anos jorrando sem aproveitamento, foi tamponado pela ANA por absoluta falta de um programa de irrigação.

Estado do Ceará: Barragem Paulo Pessoa- Projeto de irrigação 3.500 hectares. R\$ 90 milhões. Iniciada em 1991. no município de Granja. Abastecimento e piscicultura. A obra foi iniciada em 1962 pelo DNOCS e paralisou em 1966. O projeto era para criar 2,3 mil empregos diretos e 4,6 mil indiretos.

Estado de Pernambuco: Adutora do Oeste- abastecimento de 43 localidades- 230.000 habitantes, 721 km partindo do rio São Francisco. Não concluída

Estado da Paraíba: Projeto de irrigação de São Gonçalo de 3.000 hectares. Só implantou 1.500.

Estado de Alagoas: Central do Sertão- projeto antigo de Alagoas, data de 1972. Canal com 97,5 km para trazer água do rio São Francisco para o abastecimento humano, animal, irrigação e piscicultura para 42 municípios com investimentos de R\$593 milhões (PAC) e conclusão prevista para 2010. (RIBEIRO, 2014 p. 189)

Para pensar na gravidade contida na paralisação dessas obras, deve-se meditar acerca dos prejuízos aos cofres públicos, já que a grande maioria delas foram iniciadas, requerendo altos investimentos, pode-se refletir também em relação aos prejuízos ambientais, uma vez que grandes áreas de terras foram desmatadas para que elas acontecessem, ademais os materiais e equipamentos que seriam utilizados nas mesmas, com o processo de deterioração, podem trazer contaminação a fauna e flora da região. Além disso, a paralisação dessas obras comprometeu a quantidade de empregos diretos e indiretos que poderiam existir na região semiárida, que é tão demarcada pelos altos índices de desemprego, como também prolongou o sofrimento de uma grande quantidade de pessoas que padecem por conta da falta de água.

Diante do exposto, no que se refere ao projeto de transposição do rio São Francisco, percebe-se que, necessariamente ele não é a única alternativa para que a população do semiárido venha a ser contemplada com a distribuição de água. Alternativas, como a continuidade das obras citadas acima, poderiam ser defendidas para que a escassez de água não fosse mais um problema social dessa região. Além do mais, será que o projeto da transposição também não poderá se tornar uma obra inconclusa, agravando assim os inúmeros problemas sociais e ambientais já existentes no semiárido? A revista Oeste, apresentou em abril deste ano, uma reportagem onde mostra que a obra da transposição está sofrendo com o desligamento de bombas, fato que vem afetando o fornecimento de água em regiões do sertão nordestino. Segundo a reportagem, o cenário atual na Barragem de Jati, que era abastecida a partir do funcionamento das bombas, é de terra abandonada, onde mato cresce entre o cimento, e a pouca água que ainda existe está represada e já é possível detectar rachaduras nas estruturas da barragem.

Portanto, fica evidente que a crise de recursos hídricos no semiárido do Nordeste é resultado de uma disputa capitalista em prol dos interesses privados, que buscam mercantilizar o uso da água na busca de favorecer os processos de produção da capital acumulativo, sem que aconteça nenhuma preocupação ambiental e social.

Acerca desse pensamento, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), apresenta outros impactos negativos que podem ocorrer com a implantação do projeto:

Perda temporária de empregos e renda por efeito das desapropriações. • Modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas das bacias receptoras. • Risco de redução da biodiversidade das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras. • Introdução de tensões e riscos sociais durante a fase de obra. • Ruptura de relações socio comunitárias durante a fase de obra. • Possibilidade de interferências com populações indígenas. • Pressão sobre a infraestrutura urbana. • Risco de interferência com o Patrimônio Cultural. • Perda e fragmentação de cerca de 430 hectares de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre. • Risco de introdução de espécies de peixes potencialmente daninhas ao homem nas bacias receptoras. • Interferência sobre a pesca nos açudes receptores; • Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras. (RIMA, 2004 p. 74)

Além dos impactos já citados Lima (2013), acrescenta que as escavações para aberturas de canais, de túneis e estradas de acesso irá gerar o desmatamento na região, além de intensificar os processos erosivos no Semiárida do Nordeste, podendo aumentar os índices de desertificação que já existe na região, inviabilizando desse modo a plantação de espécies nativas, fato que compromete as medidas pretendidas pelo governo para amenizar os impactos ambientais causados pela transposição do rio, como também pode parcelar o ambiente, interferindo na migração de espécies de animais.

Outros impactos, como de ordem econômica, ganham grande destaque. O desvio da vazão irá diminuir a produção energética na região semiárida nordestina, o que irá comprometer diversas atividades, inclusive o abastecimento energético de várias residências. O aumento da especulação imobiliária também deve ser uma característica levada em conta no projeto da transposição, pois o mesmo irá requerer uma ampla quantidade de terra, que através da ampliação da oferta dos recursos hídricos e o incentivo a expansão das atividades agropecuárias na região, haverá um aumento considerável da população nessas áreas, gerando crescimento econômico, todavia, esse crescimento econômico poderá aumentar os índices de pobreza da região, tudo isso porque o processo de especulação imobiliária poderá impactar diretamente a vida dos pequenos produtores gerando a expulsão dos mesmos dos seus locais de vivência, por meio de práticas, como a grilagem de terras. (LIMA, 2013). Este autor acrescenta que:

Muitos pequenos produtores agrícolas necessitam de ter acesso às várzeas do rio São Francisco em períodos de cultivo. A valorização das terras ao redor das margens dos afluentes da bacia hidrográfica do rio São Francisco pode gerar a privatização destas terras, o que acabaria impedindo o acesso dos pequenos produtores às terras de cultivo (LIMA, 2013, p. 71)

Outra questão não menos importante, enfatizada pelo autor, é o caráter eletivo que existe no projeto da transposição, já que ele fornece água regularmente para a irrigação para

52.800 hectares, ficando pendente o fornecimento de recursos hídricos para a irrigação de 138.893 hectares.

A transposição do rio São Francisco irá fornecer água para a irrigação para uma parcela das terras pretendidas, o que irá gerar uma seletividade espacial do fornecimento dos recursos hídricos, em que provavelmente os latifundiários da região Semiárida do Nordeste irão ser os maiores beneficiadores do projeto. (LIMA, 2013, p.73)

Além disso, os sítios arqueológicos, que estão depositados em grande parte no leito do rio São Francisco, podem ser afetados diretamente com as escavações e inundações de várias áreas, podendo acarretar a destruição desses sítios, significando uma perda histórica de dimensões elevadas.

Outrossim, Oliveira e Oliveira (op. cit.), também mencionam que vários fatores têm comprometido o volume de água do rio São Francisco, como desmatamento e queimadas, desde a sua nascente, a poluição na forma de agrotóxicos, esgotos domésticos e industriais. Portanto o processo de transposição pode se tornar mais uma ameaça para o rio, como também para as comunidades indígenas e quilombolas, o movimento dos Sem terra e os pescadores do rio São Francisco.

Diante dos fatos mencionados, pergunta-se, a transposição do rio São Francisco busca atender realmente qual segmento social? Essa não é uma resposta fácil de ser apresentada, mas diante dos pontos colocados, percebe-se que o Estado, juntamente com os grandes latifundiários têm se apropriado de maneira consciente de ideias errôneas no qual atrela a pobreza existente na região semiárida ao fenômeno climático, tudo isso para tornar essa região espaço de desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseado na exploração do trabalhador, na usurpação dos recursos naturais e na acumulação. Logo, as políticas e projetos adotadas para essa região são dotadas de caráter imperialista, que se direciona para a valorização e mercadorização da água, apesar que esta característica não se diferencia dos objetivos dos demais projetos hídricos do sertão nordestino, onde a produção da prosperidade e da pobreza acontece de forma concomitante (NUNES, 2014)

Portanto o projeto de transposição do Rio São Francisco, se estabelece a partir de um cenário de disputas de interesses privados que minimizam a necessidade da população local, priorizando a extração da renda fundiária por meio da concentração de terra e do monopólio da água. Nesse sentido, o discurso da seca na região se apresenta como ponte para que o capital nacional e internacional, apoiado pelo Estado, estabeleçam projetos e ações que venham favorecer a dinâmica de usurpação dos recursos naturais, de exploração do trabalhador e de geração de lucros.

4 - CONCLUSÕES

A questão da transposição do rio São Francisco é um tema dotado de intensas discussões, pesquisas e críticas. A escassez hídrica no semiárido nordestino foi o principal motivador dos discursos da obra de transposição, nesse sentido, observa-se uma manutenção dos discursos de vitimização da região a partir das suas características climáticas, sendo então apresentados planos estatais para o combate à seca. A transposição do rio São Francisco é um deles. No entanto, é válido mencionar que o projeto de transposição não atende apenas a demanda por água para o abastecimento da população local, mas também ao agronegócio que é muito presente nas áreas atendidas pela transposição. Assim, analisa-se que, esse plano de modernização que visa equacionar a insuficiência de água, assim como tantos outros que já foram implementados na região,

não passam de uma conservação do controle estatal para manter as relações baseada em apanágios políticos e beneficiamento das classes hegemônicas. Desse modo, afirma-se, portanto, que, para superar essa realidade, se faz necessário políticas públicas que enxerguem a água como um bem comum e não como uma mercadoria, e assim possa garantir a eficiência dos recursos hídricos para toda a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Relatório de Impacto Ambiental-RIMA. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional**, 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/documentos/RIMAJULHO2004.pdf> Acesso em: 09 de junho de 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília**. Ipea, 2010. 300 p. 3 v. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3776/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimen to_2010_v_2.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3776/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimen_to_2010_v_2.pdf) . Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, Túlio. **OS IMPACTOS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA**. 2013, Tese (monografia-Bacharel) - Geografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7087/1/2013_TulioVenancioPiresCarvalhoLima.pdf .Acesso em 15 de setembro de 2022.

NUNES, P.P. **TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: a funcionalidade de Estado capitalista no simulacro das políticas de reordenamento territoriais**. 2014. p.120. Dissertação de mestrado-Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

Disponívelem:https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5589/1/PEDRO_PAULO_LAVOR_NUNES.pdf Acesso em: 15 de setembro de 2022. **O acesso a água no semiárido: uma questão de direito humano, uma prioridade para 2022**. Instituto Humanitas Unisinos, 2022 Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615734-acesso-a-agua-no-semiarido-uma-questao-de-direito-humano-uma-prioridade-para-2022>.Acesso em: 15 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, C. R; OLIVEIRA, C. J. **Transposição do Rio São Francisco: Análise multi e interdisciplinar da opinião de alunos de nível superior sob o ponto de vista socioambiental e jurídico**. p. 1-30 [s.d]. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b85d65c39e12a551>. Acesso em: 10 jun. 2023.

R.A. **Água na região Nordeste: desperdício e escassez**. Estudos avançados: 1997, pp.127-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VfYSXjpmCS9KsT4HWnsMJgy/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 07 de setembro de 2022.

REDAÇÃO OESTE. A sabotagem contra a transposição do Rio São Francisco. **Revista Oeste**, 2023. Disponível em: <https://revistaoste.com/politica/a-sabotagem-contra-a-transposicao-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RIBEIRO, B.M. **A potencialidade do Semi-Árido brasileiro: O Rio São Francisco uma análise**. Assembleia Legislativa: 2º ed. Salvador, 2014. 228 pp.

S.B.; F.J.; S.R. **Dimensões da Governança da Água no Nordeste brasileiro**. GT 9: Água, território, redes geográficas e governança: pp.1-18. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29546/1/ANPPAS%20governan%c3%a7a.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

S.S.; S.M. **Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo**. R. Katál: Florianópolis, v. 22, n. 2, 2019, p. 342-352. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wyQtDQcCd9wRRHVP5JzVKsb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

SANTOS, Jasson. **Controlo do alumínio no tratamento de água captada no rio Vouga**. 2014. p.149. Dissertação de mestrado- Engenharia do Ambiente, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/32244136.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

SOUZA, J.A; RIBEIRO, Emerson. **TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E SEUS EFEITOS SOBRE O TERRITÓRIO**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, p.1-10, agosto de 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403876764_ARQUIVO_artigoanderson.pdf Acesso em: 15 de setembro de 2022.

SUDENE. **DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO -2021 RELATÓRIO FINAL**. Recife, 2021. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. Ambiente Brasil, 2021. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/transposicao_e_revitalizacao_do_rio_sao_francisco.html. Acesso em: 10 de junho de 2023.